

COMPLIANCE: CONTROLE INTERNO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – ADOÇÕES E RESTRIÇÕES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Raul Gomes Pinheiro¹

Laodiceia Miriam Carvalho²

Catia Regina dos Santos Pinto³

Jefferson Ferreira⁴

Resumo

O estudo procurou entender quais as principais barreiras para adoção de controles internos, saber quais benefícios esta ferramenta pode oferecer e dimensionar as dificuldades na implantação, pois se acredita haver elementos que podem fracassar a adoção desta ferramenta e está pesquisa demonstrará alguns resultados. Foi aplicado um questionário em 108 companhias de grande, pequeno e médio porte de ramos variados, dos quais se obteve 51 respostas. (96%) dos respondentes acreditam na adoção de controle interno e que o mesmo contribui para uma boa ferramenta de gestão e, acreditam ser necessária a adoção desse controle interno nas pequenas e médias empresas. Referente às restrições (88%) acreditam que a falta de conhecimento técnico por parte do administrador do negócio pode ser considerado uma barreira para adoção desse controle, também (69%) acreditam que a dificuldade na implantação dos controles pode ser considerada uma barreira para à adoção.

Palavras-chave: controles internos; pequenas e médias empresas; compliance.

Abstract

This study sought to understand the main barriers to adoption of internal controls and know what benefits this tool can offer and scale the difficulties in the implementation, because it is believed that there are elements that can fail to adopt this tool and this research will show some results. To obtain these results, a questionnaire was applied to 108 small and medium-sized companies from various branches, of which 51 were obtained. From these results (96%), respondents believe that adoption of internal controls contributes as a management tool and believe that internal controls within small and medium-sized companies are necessary. Concerning the restrictions (88%), they believe that the lack of technical knowledge on the part of the business administrator is considered a barrier to the adoption of internal controls and (69%) believe that the difficulty in implementing the controls can be considered a barrier to adoption of Internal controls.

Keywords: Investments; Scratches; uncertainty.

¹ Doutor em Administração USCS-SP e Mestre em Ciências Contábeis - FECAP, Professor FECAP-SP.

² Especialista em Gestão Tributária – FECAP.

³ Especialista em Gestão Tributária – FECAP.

⁴ Especialista em Gestão Tributária – FECAP.

1 INTRODUÇÃO

Hoje frente à crise e a competitividade dos mercados, pode se dizer que uma boa gestão é vital para os negócios, o mercado cada dia mais agressivo exige adaptações e mudanças constantes, a melhor estratégia tende a manter a perenidade empresarial, entende-se que o principal motivador do crescimento da empresa é uma gestão competente capaz de acompanhar as mudanças do mercado, oferecendo serviços e bens de qualidade à sociedade.

Neste sentido, controle interno também embasa as estratégias da empresa, de certo modo, que políticas, normas sejam respeitadas, dando eficiência operacional, maior fidedignidade em suas demonstrações contábeis, mitigando erros e as fraudes. Assim as decisões gerenciais serão executadas com informações apuradas, reduzindo o erro e direcionando a consecução para atender os objetivos empresariais.

Direcionando a aplicação desse controle nos segmentos gerais de prestação de serviços, indústria, comércio e outros, de pequeno e médio porte, este estudo busca conhecer como se comporta estas empresas frente à busca por excelência no serviço e como a ausência dele impacta em seu setor. A organização interna do prestador reflete diretamente nas operações.

O interesse referente ao assunto é saber como controles internos podem contribuir para gestão das pequenas e médias empresas. Descobrir as barreiras da adoção desta ferramenta e, o quanto contribuiu para as empresas que aderiram. Aplicar controle interno pode ser algo importante para todas as empresas independentemente do porte ou seguimento, fornecendo aos gestores uma análise do desempenho da organização e tomadas de decisões baseada em informações corretas. Nesse sentido, a pesquisa busca responder a questão de pesquisa: a ausência de aplicação do conjunto de normas, rotinas, sistemas, procedimentos, deixa o patrimônio exposto à perda e risco?

Para responder esse problema, será necessário atingir o seguinte objetivo geral: demonstrar as principais restrições para adoção de controle interno partindo da percepção dos gestores de empresa e os seguintes objetivos específicos: identificar a visão de empresas à respeito do controle interno; inferir o interesse das empresas nas práticas de adoção em *compliance* e identificar nas empresas a adoção de práticas de *compliance* como ferramenta que auxilia na gestão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLES INTERNOS

Com o avanço da globalização, o mercado está competitivo e, com isso empresas foram obrigadas a melhorar a sua forma de administração para poder sobreviver em meio a esta competitividade, com visão de maiores lucros e menores custos, a contabilidade se tornou uma ferramenta muito importante para esta tomada de decisão, portanto, criar procedimentos para executar as atividades na empresa podem evitar erros, tendo verificações constantes desses processos, erros podem ser detectados pelos próprios usuários antes de uma auditoria. (SILVA E VIEIRA, 2015).

Para Garcia; Kinzler e Rojo (2014) controles internos abrange a todas as empresas, forma a prever e detectar problemas para correção como ferramenta para tomar decisão, pois terão procedimentos, rotina, métodos de trabalho auxiliando administradores para a tomada de decisão, e gerará proteção no patrimônio da empresa, com isso é necessário um bom planejamento e controles que demonstrem bons resultados com realidade e visando eficácia operacional.

Grandes empresas foram envolvidas em escândalos contábeis como Enron e WorldCom, com base nisso foi criado no Estados Unidos uma Lei chamada Sarbanes Oxley (SOX), para que pudesse se evitar a perda de confiança e não obedecer princípios de governança, estabelecendo regras e procedimentos para aprimorar controle interno das empresas com capital aberto, essa lei cria mecanismos de auditoria confiáveis e com isso as empresas recuperariam confiança no mercado, conseguindo prevenir fraudes. (VIDAL E SILVA, 2016).

A adequação de um controle interno influencia no risco que a auditoria irá basear suas análises para testar veracidade dos números, ou seja, essa adequação dos controles é fundamental, pois esta diretamente relacionada ao risco da auditoria, essa lei conseguiu criar um novo ambiente de governança corporativa. (VIDAL E SILVA, 2016). Para Vijakamur e Nakajara (2012) que um sistema bom de controles internos garante confiabilidade das demonstrações financeiras, obedecendo às leis e regulamentos e evita prejuízo a imagem da corporação.

Conforme Belli et al (2016) ainda fica claro que essa lei aumenta a responsabilidade do auditores, restringindo os serviços de consultoria efetuado pelas mesmas. Vidal e Silva (2016) ainda citam que no Brasil, por exigência da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) que prevê no artigo 25 da instrução n. 308/99, que auditor precisa encaminhar ao Conselho Fiscal relatórios com observações da ineficiência desse controle interno conforme os procedimentos da empresa onde esta sendo feita a auditoria.

Schafer; Feitosa e Wissmann (2015) consideram que a SOX é mais rígida e abrangente comparada a legislação brasileira, portanto, o risco de fraudes no Brasil por não ter legislação específica são muito maiores do que no Estados Unidos, pois no Brasil são órgãos regulamentadores que elaboram as normas como a CVM – Comissão de valores Mobiliários e o CFC – Conselho Regional de Contabilidade, e que no Brasil o tempo de reclusão é menor,

considerando que existem muitas diferenças entre a legislação brasileira e a legislação dos Estados Unidos.

Silva e Vieira (2015) explicam que para todos estarem no mesmo caminho ao colocar em prática controles internos se faz necessário capacitar os colaboradores, para que esse trabalho gere excelência nos números e demonstre à aplicação de recursos com um bom resultado, tal qual sua economia e aumento da rentabilidade. Para Vidal e Silva (2016) bons controles internos não só proporcionam segurança dos ativos da corporação, mas também confiança nas informações, mas também, o benefício de que colaboradores passem a conhecer melhor os trabalhos que desempenham podendo honrar os valores para atingir o objetivo dessa companhia.

Beuren e Zonatto (2014) estudaram o controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais, pois entendem essa compreensão da estrutura desse controle no setor público, carecem de investigação, tal qual sua influência nos processos de gestão da administração pública, como resultado de sua pesquisa indicaram um aumento em pesquisas acadêmicas, mas que mesmo assim, não tem literatura predominante para a área.

Monteiro (2015) fez uma análise do controle interno no Brasil com seus objetivos, importância e barreiras para sua implementação, pois entende que este processo decorre de uma responsabilidade da gestão que deve assegurar o atingimento do objetivo final, a pesquisa foi exploratória por conta dos poucos estudos referente este tema no setor público, e identificou que a falta de cultura na gestão de risco e carência de profissionais com capacitação técnica pode ser umas das principais barreiras encontradas.

Garcia; Kinzler e Rojo (2014) fizeram uma análise do controle interno nas companhias com pequeno porte, e concluiu que mesmo com controles rígidos pode ocorrer casos de adulteração das informações ocorrendo fraudes por contratação de pessoal mal intencionado. Vidal e Silva (2016) estudaram a respeito de como adequar os controles internos nas empresas de capital aberto, a análise foi feita através de entrevista com cinco gerentes e conclui-se que controle interno, devem aumentar o nível de confiança levando a credibilidade no meio empresarial, pode-se notar que empresas de capital aberto tem uma estrutura de controle interno inferior as de capital fechado.

Valentim; Silva; e Passos (2016) fizeram uma análise baseada em estudos brasileiros através de artigos descritivos com revisão bibliográfica e documental e observou que essas pesquisas têm análise primária e que para a mitigação de risco o desempenho do controle seria importante, e uma boa ferramenta de processo de mensuração de controle e riscos, diversos fatores podem ser considerados para fortalecer o gerenciamento de risco, houve pouca referência na solução de risco, ao fim sugeriu-se enfoque impirico em futuras pesquisas, caracterizando o relacionamento dos diferentes tipos de controle com gerenciamento de risco.

Ribeiro e Timóteo (2012) aplicaram um estudo sobre a adoção do controle interno nas Organizações do terceiro setor e cita que as companhias que não tiverem o controle podem ter dificuldades para prestar contas aos órgãos públicos perdendo transparência, como são entidades “sem fim lucrativo”, precisam controlar a saída de recursos públicos e doações recebidas, o mesmo também ajuda no melhor aproveitamento de recursos gerando um maior

benefício, e que para ter sustentabilidade econômica é necessário adotar o procedimento de controle interno.

Imoniana et al (2012) citam que controles internos tem um grande papel dentro da organização e que este processo precisa ser operado por um conselho administrativo para dar garantias da realização dos objetivos, com isso, estabelece respeito por todos envolvidos nesse processo, e ainda relatam sobre um teste de conformidade para confirmar a função crítica do controle interno, com esses testes é realizados um detalhamento e o auditor deverá ter atenção, pois o teste é importante.

Imoniana et al (2012) ainda explicaram que estes testes são procedimentos da auditoria, através deste teste é possível obter provas de validade para o tratamento contábil das transações, detectar distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Amorim e Cardoso (2012) fizeram um estudo sobre os impactos da implementação de controles internos, pois para conseguir evitar a lavagem de dinheiro na economia, criando o conselho de Controle das atividades Financeiras – COAF para aplicar penas identificar atos suspeitos em atividades ilícitas, e também a publicação das estatísticas recebidas.

2.2 GESTÃO DE RISCOS

Riscos para Maruyama e Freitas (2016) é uma variável que em sua ausência gera certeza do resultado restringindo o conhecimento como um conceito antigo, mas que atualmente risco é analisado por números que quantificam o incerto para se tomar uma ação, e que é uma necessidade desenvolver mecanismos para esta gestão visando à sobrevivência da companhia, já que por um mínimo erro pode se transformar uma empresa rentável em insolvente.

Daroit e Feil (2016) citam que uma das formas de avaliar risco é com indicadores de desempenho, assim avaliando os resultados inesperados, e com isso ter um sinal antes da exposição ao risco, a auditoria também é uma das formas de avaliar risco, verificar se as atividades estão pertinentes com o negócio e se a execução dos controles esta dentro do processo, controles servem para ajuda no controle do tratamento dos riscos, com isso é necessário monitoramento e verificação continua para identificar mudança, é necessário fazer reuniões periódicas para avaliar o processo e identificar a melhor tratativa para cada problema.

Vidal e Silva (2016) tratam os riscos como comum nas empresas hoje em dia, cita exemplos como incerteza de continuidade do negócio, contabilização errada de ativos, falta de autoridade competente para aprovar pagamentos, ausência de segregação funções, etc, e que a implementação do bom controle é para prevenir ou detectar previamente possíveis erros e fraudes.

Garantir que o negocio continue, os profissionais hoje, tem que lidar com gestão de risco e incertezas organizacionais para garantir sua continuidade. Isso é um tema atual e bem relevante, pois os administradores tem um papel muito importante nesse cenário, com isso, tem sentido necessidade de mudança em suas estruturas e processos para enfrentar os riscos do negócio e que esse controle esteja em conformidade para essa gestão. (PELEIAS ET AL. 2013).

Camargo e Yu (2016) falam a respeito do apoio que a gerência precisa ter para ter uma boa tomada de decisão, pois com isso é possível mitigar erros e seus riscos, e que com o controle

interno se torna possível ter uma flexibilização maior para tomar decisão sendo possível uma gestão de inovação com oportunidades.

2.3 FRAUDES

Niyama; Rodrigues e Rodrigues (2015) entendem que com a globalização e os padrões internacionais das normas contábeis, acaba sendo necessário um critério mais rigoroso para a avaliar números, e que a flexibilização por parte dos administradores não tendo um suporte de regras e legislação deixa brechas para utilização de outros mecanismos, pois para concorrer no mundo competitivo muitas vezes as empresas acabam adotando outras práticas como contabilidade criativa, ocasionando muitas vezes fraudes.

Já Dias et al (2016) descrevem que é muito difícil se detectar uma fraude, pois geralmente quem as pratica conhece muito bem do sistema, sendo assim, mesmo com o aumento de segurança da empresa com controles bem elaborados e sofisticados as empresas ainda assim podem sofrer com praticas inadequadas, pois aqueles que estão familiarizados com os números e com controles, se estiverem mal intencionados podem burlar regras.

Para Eckert et al (2014) fraude pode ser entendida como forma para obter vantagem sobre outra pessoa de forma injusta, sendo de forma culposa ou dolosa essa prática pode trazer prejuízos à empresa e até mesmos para terceiros como: fornecedores, investidores, etc. Lucena et al (2015) destacam que a conduta ética também esta relacionada a respeito e compromisso em sociedade e não somente a códigos ou normas preestabelecidas. Gomes (2014) explica que a ética é baseada na consciência do que a ação pode refletir na sociedade ou no próprio indivíduo.

Imoniana; Antunes e Formigoni (2013) relatam que a contabilidade tem uma atividade crescente e que se tornará muito importante nos próximos anos, e que nos dias atuais várias partes do mundo lutam contra a corrupção, fraude, e como controle interno tem um papel de auxiliar na investigação das fraudes, pois a mesma tornou-se uma indústria não só para quem tem intenção de fraudar, e que muitas das vezes nos baseamos na gestão das consequências dessa fraude, não em sua prevenção.

Laxman; Randles e Nair (2014) entendem que existe a guerra contra a fraude, que isso é uma grande ameaça para organizações e que através do estudo da (Associação de Examinadores Certificados de fraudes) geralmente as empresas perdem cerca de 5% de suas receitas no ano por conta disso, e que a auditoria interna pode ajudar nessa luta, pois isso pode causar danos a reputação das empresas, os auditores podem se utilizar da ferramenta COSO (Comitee on sponsoring organizations of the treadway comission's) como um componente para mitigar os efeitos da fraude.

2.4 (COMMITTEE ON SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION'S (COSO – COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PATROCINADORAS DA COMISSÃO TREADWAY.

É uma organização que não possuem fins lucrativos e busca o aperfeiçoamento de controles internos para o bom desempenho da organização, este fez uma divisão dos objetivos em três categorias: operacional, divulgação e conformidade, e tem cinco componentes para a estruturar o controle interno (ambiente de controle, avaliação de risco, controle de atividades, comunicação e informação, e monitoramento), s recomendação do COSO são referência em controle interno. (VIDAL E SILVA, 2016; CARNAVINA E PARISI, 2015).

O COSO avalia relatórios das organizações partindo do entendimento de elaboração para relatórios fraudulentos, e assim estabelecer recomendação para controle interno, componentes de gerenciamento de riscos, a estrutura do COSO é definida por modelos conceituais estabelecidos por órgãos que tinha como objetivo dirimir a fragilidade do controle com padronização que poderá ser aplicável em todo mundo, sua principal proposta é definir o objetivo avaliando a eficácia desse controle. (ARAÚJO ET AL, 2016).

Para Austin (2012) a auditoria tem um dos componentes mais importantes de qualquer controle da corporação, e os membros da auditoria devem considerar 5 princípios considerados fundamentais explicados pelo COSO, sendo eles, Demonstração de compromisso e integridade, responsabilidade e supervisão, ter estrutura, autoridade e responsabilidade, ter compromisso e competência, e estabelecer responsabilidade, pois o foco da operação é na conformidade e o comitê precisa ter preparo acadêmico, e conversar com o CEO e a contabilidade para reforçar o assunto de fraude.

Tysiac (2012) relata que por 20 anos o COSO tem sido uma ferramenta muito utilizada para controle interno, também teve mudanças nos últimos anos, cita também sobre a base do processo dinâmico e que a gestão tem que considerar mudanças possíveis tanto no ambiente interno quanto no externo, e que existem 4 princípios para a avaliar risco, especificar objetivos com clareza suficiente, identificar e analisar os riscos para determinar, considerar o potencial de fraude, identificar e avaliar mudanças de impacto significativo no controle interno.

Schroeder e Shepardson (2016) relatam que os três principais objetivos de um controle interno, sendo eles, a eficácia nas operações, confiança e oportunidade e transparência nas informações, cumprir lei e regulamento, já os requisitos da SOX tem referência aos relatórios financeiros, a auditoria sendo realizada de forma integrada com demonstrações contábeis ao final do ano, dessa forma, a auditoria pode beneficiar os controles internos com três benefícios diretos, o primeiro é o de controle interno melhorado, o segundo em serviços financeiros com qualidade e o terceiro divulgação de fragilidades material mais precisa.

2.5 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Para Domingues; Muritiba e Muritiba (2016) ainda não existe um estudo acadêmico para definição de MPEs e que pode-se definir que nas MPEs o contexto de Governança Corporativa seria administração de recursos para os lucros dos acionistas serem maximizados, e que companhias de pequeno porte geralmente são de origem e propriedade familiar, e que a composição do Conselho da administração da empresa de grande porte pode ser um dos seus principais componentes e que, em companhias com pequeno porte a administração é menor e geralmente ocupada pelos próprios donos.

Segundo levantamento do Sebrae (2014), a participação das pequenas e micro empresas no PIB atingiu até 27%, para ser uma micro empresa no serviço e comércio tem que ter até 09 pessoas trabalhando e na indústria até 19, pequena companhia de 10 a 49 trabalhadores no serviço e comércio e na indústria de 20 a 99, média companhia de 50 a 99 trabalhadores no serviço e comércio e na indústria de 100 a 499, e grande companhia com mais de 100 trabalhadores no serviço e comércio e na indústria acima de 500.

3 METODOLOGIA

Para realizar as análises predeterminadas por este estudo, foram realizadas pesquisas exploratórias, a qual segundo Severino (2007), busca levantar informações sobre o objeto pesquisado e delimitar o campo de trabalho e de acordo com Gil (2008), busca identificar quais fatores contribuíram para os fenômenos ocorridos, sendo o tipo de pesquisa mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Para realizar esta pesquisa foi feito um levantamento através de questionário utilizando a ferramenta do Google Docs, no link https://goo.gl/forms/vSockRb587Abljp_g1, a qual foi aplicada no período do dia 22 de Abril a 06 de Maio de 2017, com 15 questões, sendo elas, 4 voltadas ao perfil da empresa e do respondente, 9 para adoção de controle interno, 2 relacionadas à fraudes, o mesmo foi enviado à 108 empresas de médio e pequeno porte para uma análise sobre a adoção e restrições de controle interno como uma ferramenta para auxílio na gestão, obtivemos um total de 51 respostas.

Severino (2007) relata que o questionário como método de pesquisa, consiste num conjunto de questões direcionadas a reunir informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, no intuito de coletar a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser objetivas e claras, utilizando uma das técnicas, sendo: fechadas (alternativas de múltiplas escolhas) ou abertas (interpretação pessoal das respostas).

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para ser possível traçar o perfil dos respondentes, e ter uma melhor análise, foi necessário fazer questionamentos a respeito do ramo de atuação, faturamento anual, quantidade de funcionários e o cargo que exercem dentro da organização em que trabalha, pois dessa forma é possível definir qual a visão dos profissionais que atuam no ramo de serviço, comércio, indústria e outros, se a companhia é de grande, pequeno ou médio porte, e o cargo que a pessoa ocupa na companhia, os resultados serão apresentados a seguir:

Quadro 1 – Perfil dos Respondentes

Ramo de Atividade	RESPOSTAS	%
Serviços	23	45,10%
Indústria	14	27,50%
Comércio	10	19,60%
Outros	4	7,80%
Faturamento Anual das empresas		
Mais de 90.000.000	22	43,10%
De R\$ 360.000 até R\$ 3.600.000	14	27,50%
De R\$ 3.600.001 até R\$ 10.000.000	7	13,70%
De 10.000.001 até R\$ 90.000.000	8	15,70%
Quantidade de funcionários		
De 20 até 99	26	51,00%
Mais de 1000	13	25,50%
De 100 até 499	8	15,70%
De 500 até 1000	4	7,80%
Cargo do respondente		
Supervisor	18	35,30%
Contador	14	27,50%
Gerente	13	25,50%
Diretor	4	7,80%
Controller	2	3,90%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Conforme o quadro 1 acima, podemos observar que, dos (51) respondentes 23 (45,10%) são do ramo de serviços seguido pelo setor da indústria com 14 (27,5%) e comércio com 10 (19,6%) e somente 4 (7,8%) são de outros setores, e seguindo pela classificação do Sebrae (2014) que se baseia no total de funcionários para estabelecer o tamanho da empresa, com o total de respostas, 26 (51%) trabalham em companhias com pequeno porte, seguido por 8 (15,7%) que são de empresas de médio porte e 17 (33,3%) que são de grande porte.

Pode-se observar também que 22 (43,1%) trabalham em organização que obtém um faturamento anual superior a 90.000.000,00 (milhões), 14 (27,5%) faturam de 360.000,00 até 3.600.000,00, 8 (15,7%) faturam de 10.000.001,00 até 90.000.000,00 e 7 (13,7%) faturam de 3.600.001,00 a 10.000.000,00, ou seja, 30 (58,8%) das empresas dos respondentes faturam mais de 10 milhões no ano, com isso, dos profissionais abordados 18 (35,3%) estão no cargo de

supervisão, seguidos com 14 (27,5%) de contadores, 13 (25,5%) de gerentes, 4 (7,8%) de diretores e somente 2 (3,9%) Controllers.

3.1.2 CONTROLES INTERNOS

Quadro 2 – Respostas às afirmativas sobre Controles Internos

Afirmativas	Concordo	%	Não Concordo	%	Indiferente	%	TOTAL
O controle interno tem o objetivo de auxiliar a administração e contribuir para que os objetivos da organização sejam alcançados	49	96	1	2	1	2	51
Tratando-se de pequenas e médias empresas é necessária a adoção de controles internos como ferramenta de gestão	49	96	1	2	1	2	51
A adoção de controles internos torna as empresas mais competitivas.	43	84	2	4	6	12	51
A adoção de controles internos torna os processos mais lentos e burocráticos.	19	37	27	53	5	10	51
A falta de conhecimento técnico por parte do administrador do negócio é considerado uma barreira para adoção de controles internos	45	88	4	8	2	4	51
O alto custo tecnológico é considerado uma barreira para adoção de controles internos.	28	55	19	37	4	8	51
A resistência a mudanças nos processos por parte dos colaboradores pode ser considerado uma barreira para adoção de controles internos	41	80	8	16	2	4	51
A dificuldade na implantação dos controles pode ser considerada uma barreira para adoção de controles internos	35	69	13	25	3	6	51
Através do sistema de controles internos os resultados nas demonstrações contábeis são apresentados com informações mais confiáveis para tomada de decisão	48	94	0	0	3	6	51

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Conforme os 49 (96%) dos respondentes afirmaram que controle interno tem objetivo de auxílio à administração e ajudar para que com isso os objetivos da companhia sejam alcançados, segundo Imoniana et al (2012) citam que controles internos têm um grande papel dentro de uma companhia e concordam plenamente que controle interno auxiliam de forma direta ou indireta para os objetivos das organizações no geral.

Conforme os 49 (96%) dos respondentes afirmaram que tratando-se de pequenas e médias empresas é necessário a adoção dos controles internos para auxílio numa boa gestão, para Garcia; Kinzler; Rojo (2014) controles internos abrange a todas as empresas prevendo e

detectando problemas para correção como ferramenta na tomada de decisão. Segundo (SILVA E VIEIRA,2015) com o avanço da globalização o mercado tem se tornado mais competitivo obrigando as empresas a melhorar sua forma de administrar. De condiz com 43 (84%) dos respondentes afirmaram que a adoção de controles internos tornam as empresas mais competitivas.

Conforme 27 (53%) respondentes não concordaram que a adoção de controles internos tornam os processos mais lentos e burocráticos, segundo Ribeiro e Timóteo (2012) as organizações que não tiverem o controle podem ter dificuldades para prestar contas aos órgãos públicos perdendo transparência, precisam controlar a saída de recursos públicos e doações recebidas, o mesmo também ajuda na no melhor aproveitamento de recursos gerando um maior benefício, e que para ter sustentabilidade econômica é necessário adotar o procedimento de controle interno.

Segundo 45 (88%) respondentes a falta de conhecimento tecnico por parte do administrador do negócio é considerado uma barreira para adoção de controles internos. Segundo 35 (69%) dos respondentes concordaram que a dificuldade na implantação dos controles pode ser considerada uma barreira para adoção de controles internos, Monteiro (2015) entende que a falta de cultura na gestão de risco e carência de profissionais com capacitação técnica pode ser umas das principais barreiras encontradas.

Conforme 48 (94%) respondentes afirmaram que com o controle interno, os resultados nas demonstrações contábeis são apresentados com informações mais confiáveis para tomar decisão, para Vijakamur e Nakajara (2012) controle interno bem elaborado, garante confiabilidade das demonstrações financeira, obedecendo à lei e regulamento e evita prejuízo a imagem da empresa.

Conforme 41 (80%) respondentes a resistência a mudanças nos processos por parte dos colaboradores pode ser considerado uma barreira para adoção de controles internos, Segundo COSO (2013) na estrutura de princípios, o componente comunicação e informação citam que os funcionários recebem uma mensagem clara da administração com explicação de sua importância, sobre como funciona o controle e a responsabilidade de cada um, e deve ser levada sério, onde todos são participantes deste processo. Segundo 28 (55%) respondentes concordam que o alto custo tecnológico é considerado uma barreira para adoção de controles internos.

3.1.3 FRAUDES

Quadro 3 – Respostas às Afirmativas sobre Fraudes

Afirmativas	Concordo	%	Não Concordo	%	Indiferente	%	TOTAL
O controle interno é o meio mais eficaz na detecção de fraudes.	47	92	4	8	0	0	51
As empresas que não possuem controles internos são mais passíveis de erros e fraudes.	48	94	2	4	1	2	51

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Segundo 47 (92%) respostas concordam que controle interno possuem um meio mais eficaz para detectar fraude e que somente 4 (8%) discordam desta afirmativa, conforme Imoniana; Antunes; Formigoni (2013) que citam que a contabilidade com seus controles internos tem um papel de auxiliar na investigação das fraudes. Segundo 48 (94%) respostas concordam que as organizações que não possuem controles internos são mais passíveis de erro e fraude, 2 (4%) respostas discordam e somente 1 (1%) respostas são indiferentes a afirmação, como Garcia; Kinzler; Rojo (2014) citam o controle interno pode prever e detectar problemas para correção.

4. CONCLUSÃO

Este estudo propôs investigar à aplicação de controles internos dentro das pequenas e médias companhias e procurou saber qual nível de conhecimento que os tomadores de decisões tem sobre este assunto e qual esse grau de dificuldade que eles apontaram na adoção dos controles.

Para atingir um dos objetivos, pesquisou-se por artigos atuais, aos quais embasa os diferenciais obtidos com boas práticas de controles internos, compliance e fraudes. Outro objetivo buscou investigar a opinião de colaboradores através de questionário, sobre o quanto é importante adotar o controle interno para auxiliar à gestão dentro das pequenas e médias empresas. Saber quais as principais barreiras para implantação e qual o entendimento dos respondentes sobre este assunto.

Através dos percentuais demonstrados nos quadros 2 e 3, é possível dizer que as afirmativas sobre: o quanto é importante adoção dos controles internos dentro das pequenas e médias empresas, as barreiras para implantação desses controles, e as informações fidedignas nas demonstrações contábeis, prevenção de fraudes, percebe-se que ao final deste estudo, a maioria dos respondentes tem maturidade sobre o quanto é importante esse assunto abordado no questionário.

A contribuição desta pesquisa é demonstrar a inclusão das práticas de compliance dentro das pequenas e médias companhias e para o meio acadêmico conhecer melhor sobre este assunto tão discutido no mundo corporativo. Ao final deste estudo, percebe-se que esse controle é uma ferramenta para auxílio indispensável na gestão, não só dentro das pequenas e médias empresas, mas em qualquer tamanho de negócio. Os resultados demonstram a real dificuldade na adoção dos controles segundo a visão dos respondentes.

Este estudo teve como limitador a carência de artigos atuais, falando sobre as barreiras para aplicar controles internos, custos tecnológicos, artigos com riquezas de detalhes, que retratasse a realidade vivida hoje pelas pequenas e médias empresas. Considera-se que este assunto ficou limitado na questão de embasamento teórico. Sugere-se a realização de pesquisa voltada à implantação de controles internos, enfatizando as dificuldades para implantação.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. N. C.; CARDOZO, M. A. Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil. XIII Congresso de Contabilidade e auditoria em **Anais...** Portugal - Paraná v. 31, n. 3, p. 23-35, 2012
- ARAUJO, D. J. C.; LIBONATI, J. J.; MIRANDA, L. C.; RAMOS, F. S. Unidades de Controle Interno dos Municípios Brasileiros: Análise sob a Ótica do COSO II. **Revista Universo Contábil** –Blumenau, v. 12, n. 2, p. 39-58, 2016
- AUSTIN, S. G.; Updated COSO Framework will help Audit Committees Comply With SOX. **Journal of Accountancy**– v. 214, n. 1, p. 27-30, 2012
- BEUREN, I. M.; ZONATTO, V. C. S. Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. **Revista Administração Pública** – Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1135-1163, 2014
- BELLI, M. M.; MARCIANO, L. M. S.; FILHO, M. A. F. M.; JUNIOR, J. H. P. Análise da percepção dos efeitos da Lei Sarbanes – Oxley nas empresas brasileiras que possuem ADRS. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)** – Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 40, 2016
- CAMARGO, A. S.; YU, ABRAHAM S. O. Optimal economic result and risk of parallel development of concept options in dynamic markets. **Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 3, p. 190-198, 2016
- CANNAVINA, V. C.; PARISI, C. Gestão Pública em Entidades brasileiras: Adequação dos procedimentos de controles internos às normas COSO/INTOSAI. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 3, p. 06-26, 2015
- DAROIT, D.J; FEIL, A.A. Modelo de Gestão de Riscos em uma Prestadora de Serviços, **Revista Ciência Administrativa**, v. 22, n. 2, p. 637-668, 2016
- DIAS; A. G. G.; CUNHA; J. H. C.; SALES; I. C. H.; BEZERRA; P. C. S. Contabilidade Criativa, Ética e Gerenciamento de Resultados: Auditoria versus Academia. **Revista de Administração em Diálogo, RAD**, v. 18, n. 1, p. 133-151, 2016
- DOMINGUES, L. M.; MURITIBA, P. M.; MURITIBA, S. N. Boa Governança Corporativa em Micro e Pequenas empresas leva à Internacionalização? **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 14, n. 3, 2016
- ECKERT, A.; MECCA, M. S.; BIASIO, R.; PEZZI, G. M. Fraudes Contábeis: Caracterização e Análise das Publicações em Periódicos e Eventos Nacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 10, n. 1, p. 84-103, 2014

- GARCIA, O.P.; KINZLER, L.; ROJO, C.A. Análise dos Sistemas de Controle Interno em Empresas de Pequeno Porte. **Interface – Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 11, - n. 2, p 18, 2014
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GOMES N. F. Ética na Administração Pública: Desafios e possibilidades. **Revista Administração Pública** - Rio de Janeiro, v. 48, p. 1029-1050, 2014
- IMONIANA, J. O; ANTUNES, M. T. P.; MATTOS, S. M.; MACIEL, E. The Analytical review procedures in audit: Anexploratory study. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 282-303, 2012
- IMONIANA, J. O; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. The Forensic Accounting and Corporate Fraud. **JISTEM – Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 10, n. 1, p. 119-144, 2013
- LAXMAN, S.; RANDLES, R.; NAIR, A. The fight against fraud. **Internal Auditor**, v. 71, p.49-53, 2014
- LUCENA, E. R. F. C. V.; MELO, C. L. L.; LUSTOSA, P. R. B.; SILVA, C. A. T. Ética: A Tendência de os Profissionais contábeis denunciarem atos questionáveis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 24, p. 3-17, 2015
- MARUYAMA, Ú.; FREITAS, E. Estratégias Corporativas para gerenciamento de riscos em Controles Internos: Estudos de caso sobre o processamento eletrônico de cheques. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 2 – p.11, 2016
- MONTEIRO, R. P. Análise do sistema de controle interno no Brasil: Objetivos, importância e barreiras para sua implementação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p.159-188, 2015
- NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, A. M. G.; RODRIGUES, J. M. Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 1, p.69-87, 2015
- PELEIAS, I. R.; CAETANO, G.; PARISI, C; PEREIRA, A. C. Produção Científica sobre controle interno e gestão de riscos no ENANPAD e Congresso USP: Análise bibliométrica no período 2001-2011. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 29-49, 2013
- RIBEIRO, L. M. P.; TIMÓTEO, A.C. A adoção dos controles internos em uma organização do terceiro setor como sustentabilidade econômica: Um estudo de caso em uma associação de Minas Gerais. **Revista Contemporânea de contabilidade**, UFSC, Florianópolis v. 9, n. 17, p. 61-82, 2012
- SCHAFER, J. D.; FEITOSA, C.G.; WISSMANN, M.A. Lei Sarbanes-Oxley versus legislação brasileira: diferenças em sua rigorosidade na prevenção, denúncias e penalizações de fraudes contábeis. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.9, n.1, p.32-53, 2015.

SCHROEDER, J. H.; SHEPARSON, M. L. Do SOX 404 Control Audits and Management Assessments Improve Overall Internal Control System Quality?. **The Accountant Review**, v.91, n.5, p.1513-1541, 2016.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 27/03/2017

——— Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 27/03/2017

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. [S.l.]: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, M. A.; VIEIRA, E. T. V. Auditoria Interna: Uma ferramenta de Gestão dentro das Organizações, REDECA – **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA-PUC/SP**, v.2, n. 2, p. 5, 2015

TYSIAC, K. Internal Control, Revisited. **Journal of Accountancy**, v. 213, p. 24-29, 2012

VALENTIM, I. C. D; SILVA, L. O.; PASSOS, J. G. Controle Interno e Gestão de risco: uma revisão baseada em estudos brasileiros. **Revista Interface** – Natal/RN, v. 3, n. 1, 2016

VIDAL, D. C.; SILVA, A. H. C. A percepção dos Auditores Externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 67, p. 57-67, 2016

VIJAYAKUMAR, A. N.; NAGARAJA, N.. Internal Control Systems: Effectiveness of Internal Audit in Risk Management at Public Sector Enterprises. **BVIMR Management Edge**, v.5, n.1, p. 1-8, 2012.